



TERMO DE REFERÊNCIA

Unidade Requisitante: Procuradoria Geral do Município

Processo Administrativo n.º 810/2026

Anexo nº 1818

Documentos de Formalização da Demanda nº 3041

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Contratação de serviços técnicos profissionais para elaboração, conferência, revisão, atualização e impugnação de cálculos judiciais, administrativos, abrangendo processos trabalhistas, cíveis, tributários, previdenciários e demais demandas que envolvam apuração de valores devidos ou a receber pelo Município de Marialva, incluindo a emissão de pareceres técnicos e manifestação fundamentada para subsidiar a defesa do ente público por meio de Pregão, em sua forma Eletrônica, pelo Menor Preço por Lote, conforme condições, quantidades, exigências e especificações discriminadas em Edital, Termo de Referência e seus demais anexos integrantes.

Participação	Lote	Ordem	Item - Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máximo Unit. (R\$)	Valor Máximo Total R\$
ME/EPP/MEI	Lote 1	1	305907 - ELABORAÇÃO, CONFERÊNCIA, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS, ABRANGENDO PROCESSOS TRABALHISTAS, CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS, PREVIDENCIÁRIOS E DEMAIS DEMANDAS QUE ENVOLVAM APURAÇÃO DE VALORES DEVIDOS OU A RECEBER PELO MUNICÍPIO DE MARIALVA	UNID	120	60,93	7.311,60
ME/EPP/MEI	Lote 1	2	305908 - IMPUGNAÇÃO DE CÁLCULOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS, ABRANGENDO PROCESSOS TRABALHISTAS, CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS, PREVIDENCIÁRIOS E DEMAIS DEMANDAS QUE ENVOLVAM APURAÇÃO DE VALORES DEVIDOS OU A RECEBER PELO MUNICÍPIO DE MARIALVA	UNID	50	124,49	6.224,50

- 1.1. A opção recai por Pregão Eletrônico justifica-se pelos objetos encontrarem-se em conformidade ao Artigo nº 29, da Lei nº 14.133/2021.
- 1.2. O objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÕES

- 2.1. O prazo de vigência contratual será de 12 (Doze) meses, contado a partir da data de publicação do extrato no Diário Oficial do Município de Marialva – PR, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o vantajoso o preço e o mútuo acordo entre as partes.
- 2.2. Em caso de aditivo de prorrogação o índice de reajuste a ser utilizado será o IPCA.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO



- 3.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar precisão técnica, segurança jurídica e economicidade nas demandas judiciais e administrativas em que o Município figure como parte.
- 3.2. Os cálculos judiciais e administrativos exigem conhecimento técnico específico, atualização constante quanto à legislação, índices de correção monetária, juros aplicáveis, parâmetros definidos pelos tribunais, bem como domínio de ferramentas e softwares especializados.
- 3.3. Diante do volume crescente de demandas judiciais envolvendo o Município, a complexidade técnica dos cálculos apresentados, a necessidade de impugnação fundamental de valores eventualmente superestimados, a prevenção de prejuízos ao erário decorrentes de cálculos incorretos ou excessivos e a otimização dos recursos humanos da Procuradoria Municipal, mostra-se indispensável a contratação de empresa especializada para prestar suporte técnico qualificado, garantindo maior segurança nas decisões administrativas e judiciais, bem como observância aos princípios da legalidade, eficiência e economicidade.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Sustentabilidade/impacto ambiental
 - 5.1.1. A presente contratação não possui relevantes impactos ambientais.
- 5.2. **Subcontratação**
 - 5.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.
- 5.3. **Obrigações das Partes**
 - 5.3.1. **Da Contratada**
 - 5.3.1.1. Abster-se de subcontratar o objeto da presente licitação;
 - 5.3.1.2. Designar, formalmente, um representante, no ato da assinatura do contrato, com poderes para operacionalizar a avença, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento;
 - 5.3.1.3. Acatar as recomendações da fiscalização do CONTRATANTE, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitado;
 - 5.3.1.4. Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários;
 - 5.3.1.5. Manter durante a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
 - 5.3.1.6. Entregar o objeto em devidas condições, devendo promover a correção, no prazo máximo de 1 (Um) dia útil, contados a partir da notificação do Município de Marialva – PR, quando:
 - 5.3.1.6.1. Não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência e na proposta feita no procedimento licitatório;
 - 5.3.1.7. Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outras entidades, seja fabricantes, técnicos e outros;
 - 5.3.1.8. Considerar que a ação da fiscalização do CONTRATANTE não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;
 - 5.3.1.9. Arcar integralmente com as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE;
 - 5.3.1.10. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do Município de Marialva – PR, quando necessário;
 - 5.3.1.11. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente referente ao fornecimento do objeto e prestar os esclarecimentos cabíveis;
 - 5.3.1.12. Acatar as orientações do Município de Marialva – PR, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e



PREFEITURA
Marialva
Cuidando da nossa gente



atendendo às reclamações formuladas.

5.3.2. Da Contratante

5.3.2.1. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada, relacionados com o objeto pactuado;

5.3.2.2. Exigir o cumprimento nas integra das obrigações assumidas pelo Contratado de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

5.3.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes em Termo de Referência, Edital e demais atos para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.3.2.4. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as especificações contidas em Termo de Referência, Edital e Contrato;

5.3.2.5. Comunicar ao Contratado, formalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço executado, para que seja substituído, reparado ou corrigido no prazo predeterminado pelo Contratante. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Prestador, por meio dos fiscais do Termo de Contrato designados neste Termo de Referência.

5.4. Sanções

5.4.1. O descumprimento das disposições contidas neste Termo de Referência e/ou contratuais sujeita a CONTRATADA às seguintes sanções administrativas:

5.4.2. Advertência;

5.4.3. Multa;

5.4.4. Suspensão temporária de participação em licitação;

5.4.5. Impedimento de contratar com o Município de Marialva – PR;

5.4.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até sua reabilitação perante autoridade que aplicou a penalidade);

5.4.7. Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

5.4.8. As sanções previstas nesse documento poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa. (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.4.9. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (Quinze) dias, contados da comunicação oficial.

5.4.10. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao Município, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

5.4.11. As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.

5.4.12. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (Quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação. (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.4.13. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas aplicáveis, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o Contratante, pelo prazo máximo de 03 (Três) anos.

5.4.14. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações cabíveis, bem como pelas infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, nesses casos a duração observará o prazo previsto no (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).

5.4.15. A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar, caso o valor do dano seja superior ao valor da multa aplicada. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados. (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.4.16. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.4.17. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida

Assinado por 2 pessoas: DIEGO FRANCO PEREIRA e JOÃO VITOR DOMINGUES ROMERO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://marialva.1doc.com.br/verificacao/55CB-1DBD-9133-DFAF>



administrativamente no prazo máximo de 30 (Trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

5.4.18. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

5.4.19. a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto;

5.4.20. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

5.4.21. os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

5.4.22. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

5.5. Severidade

5.8.1. As sanções de advertência e multa serão aplicadas conforme a graduação a seguir:

-Grau de Severidade Leve (L1) = advertência;

-Grau de Severidade Moderado (M1, M2 e M3) = aplicação de Multas:

M1 = multa de 0,1% (Zero vírgula um por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação;

M2 = multa de 0,3% (Zero vírgula três por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

M3 = multa de 0,5% (Zero vírgula cinco por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação.

-Grau de Severidade Grave (G1 e G2) = aplicação de sanção:

G1 = multa de 0,7% (Zero vírgula sete por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

G2 = Rescisão contratual cumulada com multa de 10% (Dez por cento) a 20% (Vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

O grau de severidade inicial da pena será determinado considerando a conduta e a primariedade ou a reincidência da CONTRATADA, conforme tabela a seguir:

CONDUTAS ITEM		Ocorrência e reincidência					
		Grau de severidade					
		Leve	Moderado			Grave	
		L1	M1	M2	M3	G1	G2
1	O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
2	O não cumprimento de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos.		1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez
3	A paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
4	Atraso injustificado do início da execução do contrato de prestação de serviço ou de fornecimento de bens.		1ª vez				
5	Não manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez



6	Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa.						1ª vez
7	Agir em desconformidade legal na relação contratual.						1ª vez
8	Abandonar a execução do contrato.						1ª vez
9	Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o contrato.						1ª vez
10	Criar embaraços ou deixar de prestar informações que possam contribuir com o processo de fiscalização contratual.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
11	Deixar de entregar a documentação exigida no Termo de Referência e/ou contrato.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
12	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada ou recusar-se a apresentar documentos complementares relacionados à sua habilitação, (documentação fiscal, documentação trabalhista e/ou documentação previdenciária), quando solicitado, ou, ainda, perder as condições de habilitação exigidas.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez

5.8.2. O rol das infrações descritas na tabela acima não é exaustivo, não excluindo a aplicação de outras sanções previstas em lei.

5.8.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

5.8.4. Em caso de atraso ou não cumprimento de obrigação, a severidade inicial da sanção será elevada a cada 05 (Cinco) dias úteis, caso a obrigação não seja devidamente adimplida, implicando a cumulação das gradações da(s) sanção(ões) aplicada(s) (L1 + M1 + M2 + M3 + G1 + G2), excetuadas as penas de multas específicas.

5.8.5. No caso de atraso por mais de 30 (Trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (Vinte por cento) do valor do contrato, fica facultado ao Município de Marialva – PR rescindir unilateralmente o contrato.

5.6. Moratória

5.6.1. Moratória de 0,5% (Cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, para todo o período de atraso, no caso de atraso injustificado na entrega dos produtos, limitada a incidência de 30 (Trinta) dias. O atraso superior a 30 (Trinta) dias autorizará a Administração a promover o cancelamento do Contrato.

5.6.2. O valor máximo da multa será equivalente a 30 (Trinta) dias corridos de atraso. A partir deste momento, além da multa, aplica-se o impedimento de licitar e contratar, podendo, à critério da Administração, configurar inexecução total da obrigação assumida, culminando na rescisão do contrato.

5.6.3. Moratória de 2% (Dois por cento) por dia, sobre o valor total do Contrato, em caso de atraso injustificado no início da execução da Execução Contratual, superior a 05 (Cinco) dias úteis, limitada a incidência a 10 (Dez) dias úteis. A multa está limitada a 10% (Dez por cento) do valor total do Contrato.

5.6.4. Após o décimo dia útil e a critério da Administração, nos casos de atrasos injustificados no início da execução da Execução Contratual, poderá ocorrer a não aceitação, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial do contrato

5.6.5. Compensatória de 2% (Dois por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução parcial



da obrigação assumida.

5.6.6. Compensatória de 5% (Cinco por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

5.6.7. Compensatória de 5% (Cinco por cento) sobre o valor total da contratação, nos casos de rescisão contratual por culpa do Contratado.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condição da execução do objeto

6.1.1. A execução dos serviços será parcial e deverá ser efetivada em até 05 (cinco) dias úteis a partir da data de ciência da Contratada quanto à emissão da Solicitação de Despesa, Nota de Autorização de Despesa (NAD) e/ou Nota de Empenho, emitidas pela Contratante.

6.1.2. Os serviços serão realizados remotamente ou presencialmente, conforme especificado na Solicitação de despesa/Nota de Empenho

6.1.3. Descrição dos serviços a serem executados:

6.1.3.1. Os serviços deverão ser executados por profissionais legalmente habilitados;

6.1.3.2. A contratada deverá obedecer às normas legais, técnicas e éticas aplicáveis aos cálculos, bem como às normas da Justiça e dos órgãos fiscalizadores;

6.1.3.3. Em caso de atividade presencial, serão observadas todas as normas de segurança do trabalho e uso de EPI's, conforme legislação vigente;

6.1.3.4. A contratada deverá entregar os resultados dentro dos prazos estabelecidos, acompanhados de relatórios técnicos, planilhas, memoriais de cálculo e pareceres, quando exigido;

6.1.3.5. As rotinas de validação, revisão e protocolo de documentos seguirão as diretrizes da Administração Pública e do setor solicitante.

6.1.3.6. Poderá ser exigida a participação em reuniões técnicas, presenciais ou virtuais.

6.1.3.7. Realizar conferência técnica e auditoria de cálculos apresentados pela parte contrária ou por perícias judiciais;

6.1.3.8. Emitir parecer técnico fundamentado para subsidiar manifestações, contestações e impugnações;

6.1.3.9. Elaborar impugnações técnicas aos cálculos apresentados em processos judiciais e administrativos;

6.1.3.10. Prestar esclarecimentos técnicos sempre que solicitado;

6.1.3.11. Adequar cálculos conforme decisões supervenientes

6.1.4. Fornecimento de materiais:

6.1.4.1. A contratada deverá ser responsável por todo o material, equipamento, software ou ferramenta necessária para a execução dos cálculos, sem qualquer ônus adicional para a contratante;

6.1.4.2. Caso seja necessário a apresentação de modelos, laudos, catálogos, estes deverão ser entregues previamente para avaliação e aprovação;

6.1.4.3. Quando cabível, a contratada deverá ministrar treinamento ou orientação técnica aos servidores indicados pela contratante, especialmente quanto à interpretação dos resultados e uso das ferramentas fornecidas.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. São indicados para fiscalização:

• Gestor:

Nome	Cargo/Função	Matrícula
------	--------------	-----------



Daiane Rebeca Aquino Calheiros	Gestora de Contratos	3160
--------------------------------	----------------------	------

• Fiscal:

Nome	Cargo/Função	Matrícula
Juscelino Pires da Fonseca	Advogado	4518

• Suplente:

Nome	Cargo/Função	Matrícula
Andressa Emy Iriguti Yssaka	Advogada	4726

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. O serviço será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 1 (Um) dia útil, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.5. Liquidação

8.5.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 dias corridos para fins de liquidação.

8.5.2. A Contratante fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos na mesma norma:

8.5.2.1. A Contratada deverá, obrigatoriamente, destacar junto à Nota Fiscal o valor referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte, para efeito de procedimento de retenção pela Administração Municipal, em conformidade ao Decreto Municipal nº 8402/2023, em consonância à Instrução Normativa nº 2145/2023 emitida pela Receita Federal do Brasil, devidamente, amparada em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), obedecendo as alíquotas estabelecidas.

8.5.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.5.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.5.5. O pagamento será precedido de consulta prévia para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação.

8.5.6. Na hipótese de irregularidade de habilitação, a contratada deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 15 (Quinze) dias, sob pena de aplicação das sanções contratuais e rescisão do contrato.



PREFEITURA
Marialva
Cuidando da nossa gente



8.5.7. O pagamento efetuado pelo Município de Marialva – PR não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades.

8.5.8. É vedado à Contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

8.5.9. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Município de Marialva – PR, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (Meio por cento) ao mês, ou 6% (Seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

- $I = (TX / 100) / 365$
- $EM = I \times N \times VP$, onde:
- I = Índice de atualização financeira;
- TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
- EM = Encargos moratórios;
- N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso.

8.6. Forma de pagamento

8.6.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.6.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.6.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.6.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.6.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.7. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

8.7.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.7.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE. Os serviços objeto da contratação possuem natureza integrada e complementar, uma vez que a elaboração dos cálculos, sua revisão e eventual impugnação técnica demandam metodologia uniforme, padronização de critérios, aplicação consistente de índices de correção monetária e juros, bem como interpretação harmônica da legislação e da jurisprudência aplicável.

8.8. **Exigências de habilitação**

8.8.1. Para fins de habilitação, deverá a Proponente, comprovar os requisitos a seguir.

8.8.1.1. **Documentos relativos à habilitação jurídica:**

8.8.1.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.8.1.1.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.8.1.1.3. No caso de Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.8.1.1.4. No caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



PREFEITURA
Marialva
Cuidando da nossa gente



8.8.1.1.5. Os documentos deverão estar acompanhados, integralmente, das alterações ou da consolidação respectiva.

8.8.1.2. Documentos relativos à qualificação econômico-financeiro:

8.8.1.2.1. Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologada judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

8.8.1.2. Documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista:

8.8.1.2.1. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

8.8.1.2.2. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

8.8.1.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.8.1.2.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

8.8.1.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.8.1.2.6. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.8.1.2.7. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

8.8.1.2.8. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (Cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.8.1.2.9. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda, de forma integral, as demais exigências do Edital.

8.8.1.2.10. A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

8.8.1.2.11. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.

8.8.1.2.12. Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

8.8.1.3. Documentação complementar:

8.8.1.3.1. Declaração Unificada, em conformidade ao conteúdo anexo;

Assinado por 2 pessoas: DIEGO FRANCO PEREIRA e JOÃO VITOR DOMINGUES ROMEIRO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://marialva.1doc.com.br/verificacao/55CB-1DBD-9133-DFAF> e informe o código 55CB-1DBD-9133-DFAF



8.8.1.3.2. Para o fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/21;

8.8.1.4. Documentos para habilitação técnica:

8.8.1.4.1. A Proponente deverá indicar responsável técnico pela execução do serviço

8.8.1.4.1.1. A Proponente deverá apresentar Certidão de Regularidade emitida pelo CRC (Conselho Regional de Contabilidade), CRA (Conselho Regional de Administração), ou CORECON (Conselho Regional de Economia) do responsável técnico indicado;

8.8.1.4.1.2. A Proponente deverá apresentar vínculo empregatício com o responsável técnico indicado por meio de 01 (um) dos instrumentos a seguir: Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) que conste a Proponente como empregadora; ou Cópia do Contrato Social da proponente que conste o responsável técnico como sócio; ou Cópia de contrato de prestação de serviços entre a Proponente e o responsável técnico; ou Declaração de contratação futura, desde que acompanhada por declaração de anuência do responsável técnico indicado pela Proponente.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor máximo da licitação para contratação com base na quantidade estimada a ser adquirida pelo Município de Marialva – PR é da ordem de R\$ 13.536,10 (treze mil, quinhentos e trinta e seis reais e dez centavos), conforme detalhado em Demonstrativo de Formulação de Preços, anexo ao Processo Administrativo nº 810/2026.

9.2. Considerando as fontes de consulta apresentadas na planilha colacionada junto ao Processo Administrativo nº 810/2026, o preço máximo foi obtido através da média dos valores, com a discrepância de 20% do menor valor apurado, conforme detalhado em Demonstrativo de Formulação de Preços, colacionado no referido processo administrativo.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Marialva – PR, em dotações orçamentárias mencionadas no Processo Administrativo nº 810/2026.

Marialva – PR, 06 de maio de 2026.



APÊNDICE DO ANEXO 1 - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

O princípio do planejamento é um dos pilares da Lei 14.133/2021 e tem como objetivo assegurar que as licitações e os contratos públicos sejam conduzidos com maior forma de eficiência e transparência. Para tanto, a referida lei estabelece uma série de regras e procedimentos que devem ser observados na fase de planejamento da contratação pública, dentre elas a obrigatoriedade da elaboração de estudos técnicos preliminares para todas as contratações públicas, destacando-se assim a importância do princípio do planejamento.

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação decorre da necessidade de suporte técnico especializado para elaboração, conferência, atualização e impugnação de cálculos judiciais e administrativos envolvendo o Município de Marialva.

O Município figura como parte em diversas demandas judiciais e processos administrativos que envolvem apuração de valores relacionados a verbas trabalhistas, indenizações, diferenças contratuais, tributos, contribuições previdenciárias, entre outros. Tais demandas exigem a elaboração de cálculos complexos, aplicação correta de índices de correção monetária e juros, observância de decisões judiciais específicas e interpretação técnica da legislação vigente.

A análise e impugnação de cálculos apresentados por partes adversas ou peritos judiciais demandam conhecimento técnico especializado e atualização constante quanto às normas legais, orientações jurisprudenciais e parâmetros definidos pelos tribunais.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação pretendida é uma despesa atendida através de dotação orçamentária colacionada junto ao Processo Administrativo nº 810/2026.

Cabe notar que, em conformidade ao Artigo 6º, do Decreto nº 8087/2025, a municipalidade de Marialva – PR poderá elaborar o Plano Anual de Contratação, com a finalidade de pautar e racionalizar as que consta mencionada junto ao Despacho nº 01, Processo Administrativo nº 810/2026.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

As condições e exigências estão descritas de forma específica no Termo de Referência.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Estima-se a necessidade da presente contratação com base nos serviços realizados nos últimos anos



6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para as especificações técnicas e quantidade pretendidas, apurou-se acentuado número de potenciais fornecedores estabelecidos, com capacidade de prover a requerida contratação de forma eficaz.

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Os preços foram coletados de acordo com o disposto no Artigo 23, §1º da Lei nº 14.133/2021. O valor máximo da licitação para contratação com base na quantidade estimada a ser adquirida pelo Município de Marialva – PR é de R\$ 13.536,10 (treze mil, quinhentos e trinta e seis reais e dez centavos). Após análise dos valores praticados no mercado, considerando as fontes de consulta apresentadas nas planilhas – Demonstrativo de Formulação de Preços, colacionadas junto ao Processo Administrativo nº 810/2026, o preço máximo foi obtido através da média dos valores, com a discrepância de 40% do menor valor apurado. A composição da precificação para a solicitada aquisição fora efetuada por meio de cotações com fornecedores e Sistema Banco de Preços.

8. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com esta contratação, pretende-se garantir precisão técnica assegurando adequação nos índices aplicados, proteção ao erário evitando pagamentos indevidos ou superiores ao efetivamente devido, segurança jurídica fornecendo suporte técnico qualificado à Procuradoria Jurídica.

9. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não aplicável.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Para a presente aquisição, inexistem contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a presente contratação, busca-se qualificação técnica das manifestações processuais do Município, prevenção de pagamentos indevidos ou superiores ao efetivamente devido, maior celeridade na análise técnica dos processos.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

A presente contratação não possui relevantes impactos ambientais,

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante de todo o exposto, esta Unidade Requisitante entende que a contratação pretendida é primordial ao Município de Marialva – PR para assegurar maior controle técnico das demandas judiciais e administrativas, bem como proteção ao erário municipal.

14. ANÁLISE DE RISCO

Os riscos que poderiam afetar a contratação estão mitigados pelos instrumentos do Termo de Referência e do futuro Edital de Licitação.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 55CB-1DBD-9133-DFAF

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



DIEGO FRANCO PEREIRA (CPF 009.XXX.XXX-11) em 08/05/2026 04:03:15 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



JOÃO VITOR DOMINGUES ROMEIRO (CPF 120.XXX.XXX-10) em 08/05/2026 08:55:03 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://marialva.1doc.com.br/verificacao/55CB-1DBD-9133-DFAF>